

Art. 9º Durante a XXI Semana Nacional da Conciliação de 2026, as equipes de trabalho dos cartórios e dos CEJUSCs deverão efetuar diariamente as movimentações processuais relativas às audiências, promovendo sua finalização até 10 de novembro de 2026, para fins de apuração estatística pelos sistemas processuais eletrônicos.

Parágrafo único. Na prolação de sentenças homologatórias, deverá ser utilizado o Código 466 da Tabela Processual Unificada (TPU) para registrar as movimentações processuais no sistema eletrônico.

Art. 10. Os pedidos de esclarecimento e orientação, bem como as sugestões relativas à XXI Semana Nacional da Conciliação de 2026, deverão ser encaminhados pelos seguintes canais oficiais de comunicação: correio eletrônico institucional nupemec@tjba.jus.br ou telefone (71) 3372-5172.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, na data registrada no sistema.

Desembargador JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO
Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia

DECRETO JUDICIÁRIO nº 1.600, de 06 de outubro de 2026.

Aprova alterações no Plano Anual de Auditoria de 2026, aprovado pelo Decreto Judiciário nº 1.031, de 24 de novembro de 2025.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e à vista do que consta do Processo SEI nº 80506297.000133/2026-75 e 80506297.000137/2026-53,

CONSIDERANDO o disposto no § 4º do art. 34 da Resolução CNJ nº 309, de 11 de março de 2020, segundo o qual o planejamento da unidade de auditoria interna deve ser flexível e passível de adequação às alterações do planejamento estratégico e dos objetivos institucionais, às modificações significativas nas áreas de maior risco e às mudanças nas condições externas,

DECIDE

Art. 1º Ficam aprovadas as alterações no Plano Anual de Auditoria de 2026, elaborado pela Auditoria Interna e originalmente aprovado pelo Decreto Judiciário nº 1.031, de 24 de novembro de 2025.

Parágrafo único. O Plano Anual de Auditoria de 2026, com as alterações aprovadas por este Decreto, será publicado no Portal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, na seção Transparência.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, na data de registro no sistema.

Desembargador JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Anexo Único

Planejamento Sintético dos Projetos de Auditoria – Exercício 2026

Nº	Macroprocesso	Objetivo	Justificativa	Tipo	Alinhamento	Início	Fim
1	Aquisição de Bens e Serviços Gestão de Contratos	Monitoramento do Relatório Conclusivo de Auditoria AUD-007/2024-CNF, que teve por objetivo: avaliar os controles internos implementados pela Administração para garantir a adequada execução contratual da prestação de serviço de protocolo, arquivamento, desarquivamento e movimentação documental, compreendendo a análise do processo de trabalho, gestão e fiscalização.	Acompanhar a implementação das recomendações constantes do Relatório Conclusivo de Auditoria, considerando que a não implementação compromete a regularização das inconformidades, o tratamento dos riscos, o aperfeiçoamento dos processos de trabalho e os controles internos.	Monitoramento	Plano de Auditoria de Longo Prazo 2026-2029 Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	01/2026	03/2026
2	Comunicação Institucional Tecnologia da Informação	Monitoramento do Relatório Conclusivo de Auditoria OPE-001/2021, Ação Coordenada do CNJ que teve por objetivo: avaliar a Política de Acessibilidade Digital do Poder Judiciário, especialmente em relação às medidas adotadas para cumprimento das exigências da Lei n. 10.098/2000, do Decreto n. 5.296/2004, da Resolução CNJ n. 401/2021 e das normas técnicas da ABNT aplicáveis.	Acompanhar a implementação das recomendações constantes do Relatório Conclusivo de Auditoria, considerando que a não implementação compromete a regularização das inconformidades, o tratamento dos riscos, o aperfeiçoamento dos processos de trabalho e os controles internos.	Monitoramento	Plano de Auditoria de Longo Prazo 2026-2029. Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais; Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade.	03/2026	06/2026

Nº	Macroprocesso	Objetivo	Justificativa	Tipo	Alinhamento	Início	Fim
3	Aquisição de Bens e Serviços Gestão de Contratos	Avaliar a conformidade dos processos de planejamento da contratação, gestão, fiscalização e pagamento relacionados aos Contratos nº 18/21-S, celebrado com a Renovar Engenharia Ltda., e nº 72/2025, firmado com a Servit Serviços Terceirizados Ltda., bem como verificar a regularidade da fase de habilitação do Pregão Eletrônico nº 12/2023, que resultou na celebração do Contrato nº 59/2023 com a TN Engenharia e Serviços Ltda.	Auditoria Extraordinária solicitada pela Presidência.	Conformidade	Plano de Auditoria de Longo Prazo 2026-2029 Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	03/2026	09/2026
4	Desenvolvimento e Sustentabilidade	Atender às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça na realização da Ação Coordenada de Auditoria – 2026. Avaliar o estágio de implementação e a efetividade das ações voltadas à Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente, identificando boas práticas, desafios e oportunidades de melhoria na governança, gestão e monitoramento da atuação do TJBA, com vistas a subsidiar decisões estratégicas e promover maior integração e eficiência na atuação na proteção ambiental pelo Poder Judiciário.	A efetiva implementação da Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente é relevante diante da natureza do direito ambiental, que exige respostas institucionais céleres e eficazes, capazes de assegurar decisões efetivas diante de situações que podem gerar danos de difícil reparação e de grande impacto coletivo.	Especial	Plano de Auditoria de Longo Prazo 2026-2029 Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais; Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade; Promoção da Sustentabilidade.	04/2026	09/2026

Nº	Macroprocesso	Objetivo	Justificativa	Tipo	Alinhamento	Início	Fim
5	Governança Judiciária Governança Corporativa	Monitoramento do Relatório Conclusivo de Auditoria, Projeto AUD-05/2024-ESP - Ação Coordenada do CNJ, que teve por objetivo: Avaliar, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a implementação da Política Judiciária de Incentivo à Participação Institucional Feminina, com aplicação de procedimentos de auditoria para verificar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na referida política do Conselho Nacional de Justiça, bem como avaliar a existência de um ambiente interno aderente às práticas previstas no Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE), da Rede Equidade.	Acompanhar a implementação das recomendações constantes do Relatório Conclusivo de Auditoria, considerando que a não implementação compromete a regularização das inconformidades, o tratamento dos riscos, o aperfeiçoamento dos processos de trabalho e os controles internos.	Monitoramento	Plano de Auditoria de Longo Prazo 2022-2025 Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária; Garantia dos Direitos Fundamentais; Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade.	03/2026	05/2026
6	Tecnologia da Informação	Monitoramento do Relatório Conclusivo de Auditoria, AUD-006-2024-OPE-CNF, que teve por objetivo: avaliar se os procedimentos da fase interna das contratações (planejamento e elaboração dos editais) estão aderentes aos dispositivos legais, à governança e às boas práticas administrativas de TIC, especificamente, a contratação da Central de Serviços (Service Desk).	Acompanhar a implementação das recomendações constantes do Relatório Conclusivo de Auditoria, considerando que a não implementação compromete a regularização das inconformidades, o tratamento dos riscos, o aperfeiçoamento dos processos de trabalho e os controles internos.	Monitoramento	Plano de Auditoria de Longo Prazo 2022-2025 Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária; Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.	03/2026	06/2026

Nº	Macroprocesso	Objetivo	Justificativa	Tipo	Alinhamento	Início	Fim
7	Aquisição de Bens e Serviços Gestão de Contratos	Monitoramento do Relatório Conclusivo de Auditoria AUD-007/2023-CNF, que teve por objetivo: avaliar a regularidade do procedimento licitatório, especificamente a fase interna, e a conformidade da execução do contrato de prestação de serviço de condução veicular.	Acompanhar a implementação das recomendações constantes do Relatório Conclusivo de Auditoria, considerando que a não implementação compromete a regularização das inconformidades, o tratamento dos riscos, o aperfeiçoamento dos processos de trabalho e os controles internos.	Monitoramento	Plano de Auditoria de Longo Prazo 2026-2029 Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	07/2026	10/2026
8	Gestão de Contratos e Obras	Avaliar a conformidade, a regularidade e a adequação dos procedimentos administrativos, operacionais e de fiscalização adotados na execução dos contratos de serviços de engenharia sob demanda.	A realização de auditorias em obras é essencial para assegurar a conformidade com a legislação vigente além de garantir a transparência e eficiência na aplicação de recursos públicos. Esta avaliação permitirá verificar o cumprimento dos cronogramas e orçamentos, a identificação de eventuais fragilidades e oportunidades de melhoria, bem como se foi realizada uma gestão e fiscalização de forma eficiente e transparente.	Conformidade	Plano de Auditoria de Longo Prazo 2026-2029 Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	06/2026	11/2026

Nº	Macroprocesso	Objetivo	Justificativa	Tipo	Alinhamento	Início	Fim
9	Segurança da Informação Governança de TIC	Avaliar a efetividade da governança e dos controles de Segurança da Informação implementados pela instituição, incluindo políticas, processos, controles de acesso, continuidade de serviços e tratamento de incidentes, com vistas a mitigar riscos operacionais, tecnológicos e de conformidade.	A temática Segurança da Informação foi incluída no Plano de Auditoria em razão de sua alta criticidade, relevância estratégica e impacto transversal sobre todos os processos institucionais. O Tribunal opera sistemas essenciais à atividade jurisdicional e administrativa, que demandam ambiente seguro, resiliente e aderente aos princípios de confidencialidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade das informações.	Conformidade	Plano de Auditoria de Longo Prazo 2026-2029 Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais; Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.	10/2026	04/2027
10	Gestão de Pessoas	Avaliar a implementação das recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE/BA à Presidência e à Secretaria de Gestão de Pessoas, relacionadas à gestão de férias e licenças de magistrados e servidores, verificando as providências adotadas e as evidências apresentadas para o seu atendimento.	Atender às recomendações constantes do Relatório de Auditoria Operacional na Área de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE/BA, realizada no âmbito da Ordem de Serviço SGA nº 180/2025, mediante acompanhamento das providências adotadas pelas unidades responsáveis.	Monitoramento	Plano de Auditoria de Longo Prazo 2026-2029 Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais; Gestão de Pessoas.	10/2026	12/2026
11	Aquisição de Bens e Serviços Gestão de Contratos	Avaliar o planejamento e o ciclo de execução do Contrato nº 97/2025 (locação de veículos).	Auditoria Extraordinária solicitada pela Presidência.	Conformidade	Plano de Auditoria de Longo Prazo 2026-2029 Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	10/2026	12/2026

Nº	Macroprocesso	Objetivo	Justificativa	Tipo	Alinhamento	Início	Fim
12	Governança Institucional Gestão Administrativa	Auxiliar a Administração do Poder Judiciário do Estado da Bahia na instituição da Política e do Sistema de Governança Institucional a partir de práticas e modelos de governança existentes na Administração Pública.	A governança pública, de acordo com o Referencial básico de governança do TCU, caracteriza-se pela aplicação de práticas de liderança, de estratégia e de controle, que permitem aos mandatários de uma organização pública e às partes nela interessadas avaliar sua situação e demandas, direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento, de modo a aumentar as chances de entrega de bons resultados aos cidadãos, em termos de serviços públicos. Nesse sentido a Política e o Sistema de Governança Institucional contribuirá para definição dos papéis e responsabilidades dos atores envolvidos com a governança do TJBA.	Consultoria Assessoramento	Plano de Auditoria de Longo Prazo 2022-2025 Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	11/2025	09/2026